

# **Promover a transparência nas pescas para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.**

## **PREÂMBULO**

Nós, abaixo-assinados, reconhecemos o oceano mundial como uma fonte partilhada e insubstituível de vida, cultura, segurança alimentar e oportunidade económica. Reafirmamos a nossa responsabilidade coletiva de administrar os ecossistemas marinhos de forma sustentável e equitativa para as gerações presentes e futuras.

Congratulamo-nos com a convocação da Conferência “Our Ocean” na República do Quênia, a primeira nação africana a acolher este importante encontro, como uma oportunidade para reforçar a cooperação entre estados, organizações internacionais, sociedade civil e comunidades locais, e para acelerar a implementação de compromissos globais, incluindo o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris.

Reconhecemos o papel essencial dos pescadores de pequena escala, dos povos indígenas, das mulheres, dos jovens, do sector das pescas, das organizações regionais de gestão das pescas e das comunidades costeiras na manutenção dos recursos marinhos e no contributo para a governação dos oceanos. Os seus conhecimentos e direitos devem ser fundamentais para a construção de uma economia azul resiliente e inclusiva.

Celebramos a crescente dinâmica global no sentido de alcançar uma gestão sustentável dos oceanos até 2030. No entanto, continuamos profundamente preocupados com as ameaças representadas pela sobrepesca, pela degradação dos ecossistemas, pelo declínio da biodiversidade e pela insegurança marítima. Reconhecemos que estas questões são facilitadas pela pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), bem como pelas violações dos direitos humanos a ela associadas. Destacamos que a opacidade em partes do sector global dos produtos do mar compromete os esforços para combater a pesca INN e os abusos associados e, por conseguinte, consideramos que o reforço da transparência nas pescas constitui uma resposta essencial. A transparência nas estruturas de propriedade é particularmente importante para assegurar que os beneficiários efetivos finais responsáveis por atividades de pesca INN sejam identificados e responsabilizados.

Reconhecemos que a transparência nas pescas deve aplicar-se e beneficiar tanto a pesca artesanal como a industrial, e que também apoia os esforços mais alargados de gestão dos oceanos, incluindo as áreas marinhas protegidas e outras medidas de conservação eficazes baseadas em áreas.

O acesso atempado a informações fiáveis permite que os Estados, as comunidades e a indústria tomem decisões informadas, reforça a confiança entre as partes interessadas e contribui para uma gestão sustentável e equitativa dos recursos oceânicos.

Neste espírito, saudamos e apoiamos os princípios estabelecidos na Carta Mundial para a Transparência nas Pescas, reconhecendo a transparência como um pilar fundamental para a gestão legal, sustentável e ética das pescas em todo o mundo. A Carta fornece um quadro internacionalmente aceite para orientar os Estados na melhoria da acessibilidade, fiabilidade e atualidade das informações sobre as pescas.

A presente declaração procura aproveitar a dinâmica gerada pelos esforços e iniciativas internacionais existentes, incluindo a norma da Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI), para reforçar a coerência, a cooperação e o empenho político na implementação de reformas em matéria de transparência das pescas.

## COMPROMISSOS



# Transparência e Boa Governança

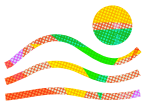
Ao apoiar a Carta para a Transparência nas Pescas, comprometemo-nos a promover políticas de transparência e responsabilidade em todos os setores das pescas, incluindo:

- + Estabelecer ou modernizar registos digitais de embarcações e partilhar dados com o Registo Mundial de Navios de Pesca da FAO.
- + Publicar licenças de pesca, autorizações, acordos de acesso e repartição de quotas, conforme recomendado pela norma FiTI.
- + Assegurar que todas as embarcações de pesca industrial possuam identificadores únicos de navios (IUV), tais como números OMI, e implementar progressivamente IUV para embarcações de pequena pesca.
- + Recolher informações sobre os beneficiários efetivos finais de embarcações e empresas de pesca, a fim de identificar eficazmente e responsabilizar aqueles que estão por detrás das infrações.



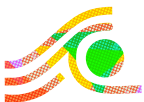
## **Reforço da cooperação em matéria de controlo e execução**

Comprometemo-nos a reforçar a monitorização, o controlo e a vigilância (MCS), incluindo através da localização de embarcações e de um intercâmbio mais eficiente de informações, a fim de prevenir, impedir e eliminar de forma mais eficaz a pesca INN. Tal inclui o reforço da responsabilidade do Estado de pavilhão, abordando a utilização de pavilhões de conveniência. Além disso, os Estados devem implementar plenamente as medidas do Estado do porto, incluindo a partilha de dados através do sistema do Acordo sobre Medidas do Estado do Porto (PSMA), e colaborar com parceiros regionais e internacionais para colmatar lacunas em matéria de governação e execução.



## **Reforço das capacidades e apoio à implementação**

Apelamos ao reforço das capacidades e à assistência técnica e de outro tipo para permitir que os Estados implementem reformas em matéria de transparência. Isto inclui o apoio à digitalização de registos, ao reforço dos sistemas de gestão de dados, à melhoria das capacidades de MCS e ao desenvolvimento profissional das autoridades das pescas.



## **Observação dos oceanos e dados abertos**

Comprometemo-nos a reforçar os sistemas de observação dos oceanos e a promover o acesso aberto aos dados para informar não só os esforços de combate à pesca INN, mas também a gestão mais ampla das pescas, o ordenamento do espaço marinho, a adaptação às alterações climáticas e a segurança marítima.

# CONCLUSÃO

Convidamos o sistema das Nações Unidas, com especial atenção para a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos de 2028, coorganizada pelo Chile e pela República da Coreia, as organizações internacionais, os parceiros de desenvolvimento, o meio acadêmico e a sociedade civil a apoiar a concretização destas prioridades.

**Juntos, afirmamos a nossa visão partilhada da transparência, ajudando a realizar uma gestão sustentável dos oceanos até 2030.**

